



Após audiência pública, OAB-MT se posicionará sobre reforma trabalhista

Página - 9

OAB-MT e TJMT discutem melhorias para a Comarca de Peixoto de Azevedo

Página - 5

Comissão da Infância e Juventude orienta sobre casos de depressão e suicídio entre jovens

Página - 6

Após notificação da OAB-MT, ALMT arquiva projeto para criação de nova verba indenizatória

Página - 7

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva

Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha
Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção

Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	QUARTA TURMA			OITAVA TURMA		
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
	3613-0935	3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
PRIMEIRA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
SEGUNDA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
TERCEIRA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

Jornalistas:
Marianna Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambium - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243



Fotografias: Kamila Martins/
Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351

EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

OAB-MT participa de ato público em defesa da Justiça do Trabalho

A secretária-geral adjunta da OAB-MT Gisela Cardoso representou a entidade no Ato Público em Defesa da Justiça do Trabalho realizado no dia 31 de março no Fórum Trabalhista de Cuiabá.

A ação contou com a participação de

representantes de entidades de classe, do Judiciário, Ministério Público, Poder Executivo, advogados, magistrados e servidores da Justiça do Trabalho em um movimento que ocorreu simultaneamente em todo o Brasil.

Na ocasião, Gisela Cardoso destacou

em sua fala a história de conquista dos direitos sociais e enfatizou a importância da Justiça do Trabalho para garantir dignidade aos trabalhadores. “Esse é um ato em defesa da sociedade. A OAB é contra a precarização de direitos arduamente conquistados”, ressaltou.

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT/MT) desembargadora Beatriz Theodora apontou para a importância social da Justiça do Trabalho e o empenho realizado para garantir direitos.

Durante todo o ano de 2016, a OAB-MT atuou para evitar o corte ideológico no orçamento da Justiça do Trabalho, que em Mato Grosso resultou na suspensão de algumas Varas Itinerantes. O serviço foi reestabelecido neste ano.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos em conjunto com a presidente do

TRT/MT reuniu-se com a bancada federal do Estado em Brasília para solicitar apoio à Justiça do Trabalho.

Campanha Nacional - A iniciativa marca o lançamento da campanha nacional de valorização da Justiça do Trabalho idealizada pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor).

Além da OAB e MPT, são parceiros do Tribunal do Trabalho na realização do ato a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/MT), a Associação dos Magistrados Trabalhistas (Amatra/MT), a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), a Associação dos Advogados Trabalhistas Mato-grossense (Aatramat) e o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Mato Grosso (Getrin23).



Insegurança jurídica sobre teto de gastos preocupa OAB-MT

Atuando em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), a OAB-MT sediou no dia 10 uma audiência pública as propostas de implementação do teto de gastos públicos no Estado.

Apesar de ainda não estar em tramitação no Legislativo Estadual qualquer projeto neste sentido, o autor do requerimento da audiência, deputado Allan Kardec, explicou que é preciso que a ALMT assuma o papel de protagonista nesta discussão para que, quando o projeto aporte na Casa, a sociedade tenha consciência do que será votado.

À imprensa, o Governo chegou a manifestar a intenção inicial de seguir as regras propostas pelo governo fede-

ral no PLP 343, que trata do limite de gastos e inclui como contrapartida da União a renegociação das dívidas dos estados, mas deve trabalhar num projeto próprio para Mato Grosso.

De acordo com o presidente da comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB-MT, Toco Palma, a situação de insegurança jurídica, não apenas em Mato Grosso, mas em todo o país, no que diz respeito à questão, torna imprescindível um amplo debate do tema.

Uma das principais propostas em



discussão é quanto à Previdência. O aumento da contribuição dos servidores passaria de 11% para 14%.

Após o debate com representantes dos servidores públicos sobre o tema, foi deliberada na audiência pública a necessidade de realização de uma auditoria

emergencial nas contas do MT Prev. O requerimento deverá ser apresentado pelo deputado Allan Kardec à mesa diretora da ALMT. Também foram propostas do evento que seja feito um cálculo atuarial e a revisão da tributação do agronegócio com fiscalização da exportação de produtos in natura.

Colégio de Presidentes de CDCs define temas de atuação para 2017

Além de aprovar o regimento interno do Colégio de Presidentes das Comissões Temáticas de Direito e Defesa do Consumidor das Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua segunda reunião, o grupo definiu sua proposta de atuação.

Criado em setembro do ano passado, em encontro na OAB-MT, o Colégio de Presidentes reuniu-se pela segunda vez em Vitória, no Espírito

Santo, e aprovou, entre outros pontos, fortalecer a interação com a Comissão Especial de Direito do Consumidor do Conselho Federal.

Ainda, foram definidas como metas do Colégio de Presidentes: combater políticas e ações que resultem na revogação ou redução de direitos e garantias já conquistados pelos consumidores; reafirmar a necessidade da OAB, mediante representantes de suas

comissões de Defesa do Consumidor, ter assento próprio em autarquias e órgão de Defesa do Consumidor, em especial nas agências reguladoras, além do apoio em diversos temas.

Entre eles estão os estudos sobre o mero aborrecimento, consumismo e publicidade infantil, distrato/rescisões nas relações de consumo imobiliárias, bagagem sem preço, limitação dos serviços de internet, juros bancários.



Empregados domésticos enfrentam dificuldades no INSS e Comissão da OAB-MT esclarece dúvidas

Prstes a completar dois anos de vigor, a Lei Complementar 150/2015, que regulamentou a chamada PEC das Domésticas, ainda não é sinônimo de direitos assegurados aos trabalhadores domésticos.

Mato Grosso conta com aproximadamente 91 mil trabalhadores domésticos que têm direito aos mesmos benefícios que os trabalhadores urbanos e rurais, como salário-maternidade; auxílio-doença; auxílio-acidente; aposentadoria por invalidez, por idade ou por tempo de contribuição, pensão por morte e auxílio-reclusão.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Empregados Domésticos e Celetistas do Estado de Mato Grosso, César Almeida, inúmeros trabalhadores têm relatado as dificuldades para conseguir receber benefícios junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Ele relata que a principal dificuldade está na falta de preparo dos servidores em relação ao eSocial, causando transtorno aos trabalhadores.

Diante das dúvidas e transtornos vivenciados pelos trabalhadores domésticos, a presidente da comissão de Direito Previdenciário da OAB-MT, Emanuelle Moura Cuiabano, explica alguns procedimentos.

O eSocial é a ferramenta criada



pelo governo federal para que os empregadores façam o recolhimento das obrigações trabalhistas dos empregados domésticos. O empregador doméstico contribui de maneira diferenciada para a Previdência Social. Deve pagar mensalmente o equivalente a 8% sobre o salário de contribuição de seu empregado e também 0,8% correspondente ao seguro de acidente de trabalho.

Conforme o presidente, em muitos casos os empregados domésticos chegam ao INSS para pleitear um benefício e

depois eram orientados a voltar com todas as guias que comprovem a contribuição.

Contudo, os transtornos relatados pelos trabalhadores domésticos vêm ocorrendo porque as contribuições lançadas no eSocial não estavam sendo anotadas no Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS) da Previdência Social. “Com isso, quando um empregado doméstico pretendia obter algum benefício, não conseguia, pois a contribuição não constava no sistema”, explica Emanuelle.

Isso acontece, segundo a presidente

da comissão, porque o sistema do eSocial não estava interligado ao do INSS, de modo que a Receita recolhia as contribuições mas não constavam no sistema as informações do segurado, apenas os dados do empregador. Mas ela esclarece que devido às reclamações, o problema foi solucionado e passaram a constar no sistema os dados do CNIS.

Para requerer qualquer benefício junto ao INSS o segurado deve, primeiro, solicitar o agendamento pelo site www.previdencia.gov.br ou pelo telefone 153. Na data designada para realização de sua perícia, deverá levar documento de identificação válido e oficial com foto, número do CPF, carteira de trabalho, além dos documentos médicos que comprovem a causa do problema de saúde, tratamento mé-

dico indicado e o período sugerido de afastamento do trabalho.

“Caso o empregado doméstico chegue ao INSS com a documentação para obter qualquer benefício previdenciário e se surpreenda com a notícia de que suas cobranças não foram repassadas, basta comprovar o vínculo com holerites, comprovantes de pagamento em e-mails ou carteira de trabalho assinada. O INSS não poderá penalizar o trabalhador alegando que não houve contribuição mediante as provas”, esclarece Emanuelle.

Trabalhadores domésticos têm direito a afastamento e estabilidade

Com direitos trabalhistas equiparados aos dos trabalhadores urbanos e rurais desde que entrou em vigor a chamada PEC das Domésticas, há quase dois anos, os empregados domésticos ainda enfrentam dúvidas e dificuldades para acessar seus benefícios.

Salário maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, pensão por morte e auxílio reclusão são alguns dos benefícios assegurados aos trabalhadores domésticos, mas entre estes, uns ainda são pouco divulgados. É o caso do auxílio decorrente do

acidente de trabalho, conforme explica a presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-MT, Emanuelle Moura Cuiabano. Os trabalhadores domésticos que sofrem acidente de trabalho possuem direito ao afastamento e à estabilidade após este período.

De acordo com a presidente, o empregador deve comunicar o acidente de trabalho do empregado doméstico por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) num período de até 48 horas após o ocorrido. O afastamento das atividades, quando necessário, é contado a partir do primeiro dia de ausência do trabalhador e o direito de estabilidade é de um ano.

Apesar do acidente de trabalho ainda ser pouco divulgado, um dos benefícios mais solicitados pelos trabalhadores domésticos é o auxílio-doença, concedido mediante a incapacidade temporária do trabalhador, seja por motivo de doença ou acidente.

Emanuelle Moura Cuiabano informa que, neste caso, o benefício deve ser solicitado no primeiro dia do diagnóstico e, durante este período, o empregador não se responsabilizará em efetuar o pagamento do salário.

“Se a incapacidade for temporária, as faltas poderão ser abonadas por atestado médico durante o período. O contrato de trabalho ficará suspenso e

não poderá haver demissão. Quando cessar a incapacidade, o empregado retornará ao emprego e pode ser demitido de imediato”, explicou a presidente.

Já para requerer o auxílio maternidade, assegurado aos empregados domésticos que acabaram de ter um filho, seja por parto ou adoção, o pedido deve ser efetuado a partir do 28º dia antes do parto, comprovando com o atestado médico.

O requerimento dos benefícios deve ser solicitado junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) mediante agendamento prévio, que pode ser feito pelo site www.previdencia.gov.br ou pelo telefone 135.

OAB-MT e TJMT discutem melhorias para a Comarca de Peixoto de Azevedo



Demandas pontuais da Comarca de Peixoto de Azevedo foram apresentadas ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, pelo presidente da subseção de Peixoto de Azevedo da OAB-MT, Marcus Augusto Giraldo Macedo, em reunião realizada no dia 12. Também participaram do encontro o conselheiro estadual Ricardo Moraes de Oliveira e o advogado militante em Peixoto de Azevedo, Eduarti Fraga.

Entre as principais pautas, a reativação da 1ª Vara e reposição do quadro de servidores da 2ª Vara da Comarca. O presidente do TJMT informou que iniciará, imediatamente, o estudo para o processo de reativação da vara que se encontra suspensa.

Já o quadro de servidores, que

conta com um déficit de cinco analistas judiciários e três técnicos judiciários, deve ter, segundo o desembargador, suprimento imediato com a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público.

A comarca também registra déficit no quadro de oficiais de justiça, com duas vagas a serem preenchidas. Contudo, diante da falta de concurso válido para a nomeação de novos servidores, Rui Ramos comprometeu-se a avaliar a situação e buscar alternativas.

De acordo com o presidente da subseção de Peixoto de Azevedo, a sinalização positiva às demandas e o compromisso assumido pelo desembargador são de extrema importância para a população da região, atendida pelos serviços Judiciários da Comarca.

OAB Rondonópolis apresenta demandas da advocacia ao Poder Judiciário

A diretoria da subseção de Rondonópolis da OAB-MT se reuniu com a corregedora-geral da Justiça de Mato Grosso, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro e o diretor do Foro da Comarca de Rondonópolis, Francisco Rogério Barros, para apresentar as demandas da advocacia que visam uma prestação mais célere e eficiente à Justiça.

Dentre os vários temas discutidos, foram propostas a climatização do prédio criminal do Fórum de Rondonópolis, implementação de elevador para assegurar a acessibilidade, além da prioridade nas varas cíveis para a expedição de alvarás judiciais para liberação de bens e valores e divisão das competências da Primeira Vara Criminal.

Pleitos da OAB-MT em todo o esta-

do também foram reforçados pela subseção de Rondonópolis, como a ampliação do tamanho dos arquivos do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE), vinculação de diligência dos oficiais de Justiça aos processos por meio de guias bancárias e cobrança de honorários em audiência de conciliação conforme a interpretação do Provimento 09/2016 CM/TJMT.

Ainda, a OAB Rondonópolis discutiu a possibilidade de instalação de mais um Juizado Especial Cível e Criminal e a realização de um mutirão para desafogar a demanda reprimida no Juizado Especial. Outro ponto debatido foi a lotação de magistrados na Segunda Vara da Fazenda Pública e Terceira Vara Criminal.

Além da corregedora e do diretor do



Foro, participaram da reunião realizada os juizes auxiliares da Corregedoria, Aristeu Dias Batista Vilella e Jaqueline Cheluli, o presidente da OAB Rondonópolis, Stalyn Paniago; a secretária-geral adjunta, Leya Souza da Cruz e o tesoureiro Mauri Carlos Alves de Almeida Filho.

Depois da reunião institucional, a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro realizou uma apresentação das atribuições da Corregedoria-Geral da Justiça e da Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) a cerca de 40 advogados e advogadas que atuam na região de Rondonópolis.

Subseção de Várzea Grande promove concurso de redação nas escolas municipais

Começou no dia 19 o ciclo de palestras da Comissão Organizadora da Subseção da OAB-MT de Várzea Grande para o concurso de redação realizado nas escolas municipais para alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental.

Com o tema "Geração virtual x Cidadania", as escolas municipais selecionadas recebem palestras da Comissão Organizadora, aplicam a redação e selecionam as cinco melhores de cada

turma para encaminhar à Subseção.

Das cinco melhores redações de cada turma das cinco escolas selecionadas serão premiadas as quatro melhores. Foram selecionadas as Escolas Municipais Faustino Antonio da Silva, Gonçalo Domingos de Campos, Lenine de Campos Póvoas, Paulo Freire e Tenente Abílio da Silva Moraes.

As palestras acontecem até o mês de maio. O prazo final para encami-

nhar a redação é 14 de junho. De 15 de junho a 15 de julho é o prazo para seleção das quatro melhores redações pela Comissão Organizadora.

A solenidade de entrega dos prêmios será em agosto, quando comemora-se o mês da advocacia em data a ser definida.

O concurso de redação tem como objetivo incentivar a reflexão sobre os aspectos éticos da conduta do indivíduo nas

mídias virtuais, e como desenvolver a cidadania na atualidade, além de apresentar aos alunos a previsão legal dos crimes virtuais e suas consequências. Com isso, as palestras focam na perspectiva e valorização da conduta ética, independentemente do ambiente onde o jovem está inserido.

O fomento à leitura e a escrita também é um dos objetivos do concurso de redação, que oportuniza o reconhecimento de talentos da comunidade local.

Comissão da Infância e Juventude orienta sobre casos de depressão e suicídio entre jovens

O jogo *Baleia Azul* consiste em uma série de 50 desafios cujo objetivo final do jogador é tirar a própria vida. Diante da repercussão do tema em toda a sociedade e da falta de informações referentes a questões sensíveis como o suicídio e a depressão, a presidente da Comissão da Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT Tatiane de Barros esclarece dúvidas sobre o assunto e orienta familiares e jovens a como agir nestas situações.

É importante ressaltar que o Centro de Valorização da Vida (CVV) possui atendimento 24 horas pelo telefone 141 para Cuiabá e Várzea Grande e (65) 3321-4111 para o interior de Mato Grosso.

- A mídia tem noticiado inúmeros casos sobre o jogo *Baleia Azul*, inclusive com uma suposta relação do caso de suicídio de uma jovem de Vila Rica com o desafio, como você avalia estas informações e como elas tem afetado os jovens?

A *Baleia Azul* é um jogo mortal e suicida. Os pais devem ficar atentos e monitorar seus filhos, pois é um jogo onde o administrador do grupo consegue ter total controle sobre os jogadores, induzindo a prática de tortura, automutilação e por fim o suicídio.

Em Mato Grosso, especialmente as cidades de Vila Rica e Confresa, esse game virtual tem induzido vários jovens. Em Vila Rica, uma jovem de 16 anos de idade cometeu suicídio, chegando a completar a última etapa do jogo e tirar sua própria vida, bem como outra adolescente de 15 anos tentou o suicídio e foi impedida pela Polícia Militar que vem monitorando grupos e investigando a prática do jogo.

- Como proceder em casos que esteja confirmada a participação do jovem no jogo *Baleia Azul*?

A família deve monitorar com rigor o que seus filhos acessam na internet e caso confirmada a prática do jogo, devem denunciar à Polícia Militar, Juizado da Infância e Juventude de sua cidade, bem como registrar Boletim de Ocorrência, levando o registro das mensagens, seja por



Facebook ou Whatsapp na delegacia a fim de confeccionar o Boletim de Ocorrência.

A Polícia Civil através de grupo especial de combate a crimes de alta tecnologia (GECAT) vem auxiliando a Polícia Militar para chegarem ao administrador do grupo, que pego responderá por seus crimes.

- Como os familiares e amigos podem estar auxiliando na prevenção de que os jovens não participem?

O monitoramento é o essencial, saber do que o seu filho participa e tentar identificar comportamentos estranhos e se o jovem se encontra isolado. Identificar o problema e procurar ajuda, bem como se amigos souberem do envolvimento de outros colegas avisar os pais e/ou responsáveis. Acredito também que o diálogo é extremamente importante, por isso os pais devem conversar com os filhos e explicar os riscos de aderirem a grupos virtuais, pois a prevenção ainda é o melhor caminho.

- Além do jogo *Baleia Azul*, séries como a da Netflix "13 Reasons Why" tem trazido o tema suicídio de jovens para as notícias nos jornais e sites, qual a importância de que este tema seja debatido e desmistificado?

Ao contrário do que pensam a

depressão afeta muitos jovens, e os adolescentes que estão passando por quadro de depressão tendem a ser vulneráveis e frágeis ao ataque de grupos virtuais. A Comissão de Infância e Juventude da OAB-MT vem debatendo temas como depressão e suicídio de jovens, inclusive, teremos o Seminário da Infância que abordará este tema, com data prevista para julho. Precisamos conscientizar e debater o assunto com os Conselhos Tutelares, professores das redes públicas e particulares, diretores de escolas, Conselho Estadual da Criança, psicólogos, enfim, toda a rede de proteção a crianças e adolescentes.

- Para os jovens que apresentam sinais de depressão, qual é o conselho que a Comissão da Infância e Juventude (CIJ) pode dar?

A depressão é uma doença que afeta o mundo todo, passível de ocorrer em qualquer fase da vida, e os jovens costumam ser grande parte das vítimas dessa doença. Se suspeitar que um adolescente se encontra deprimido aja imediatamente, chamando o jovem para uma conversa de maneira carinhosa e compreensiva, encorajando-o a desabafar. Importante também procurar ajuda médica através de psicólogos ou psiquiatras especializados em crianças e adolescentes.

A depressão pode ser muito grave se não for tratada, portanto não fique à espera de que os sintomas desapareçam.

SINAIS DE RISCO DO SUICÍDIO

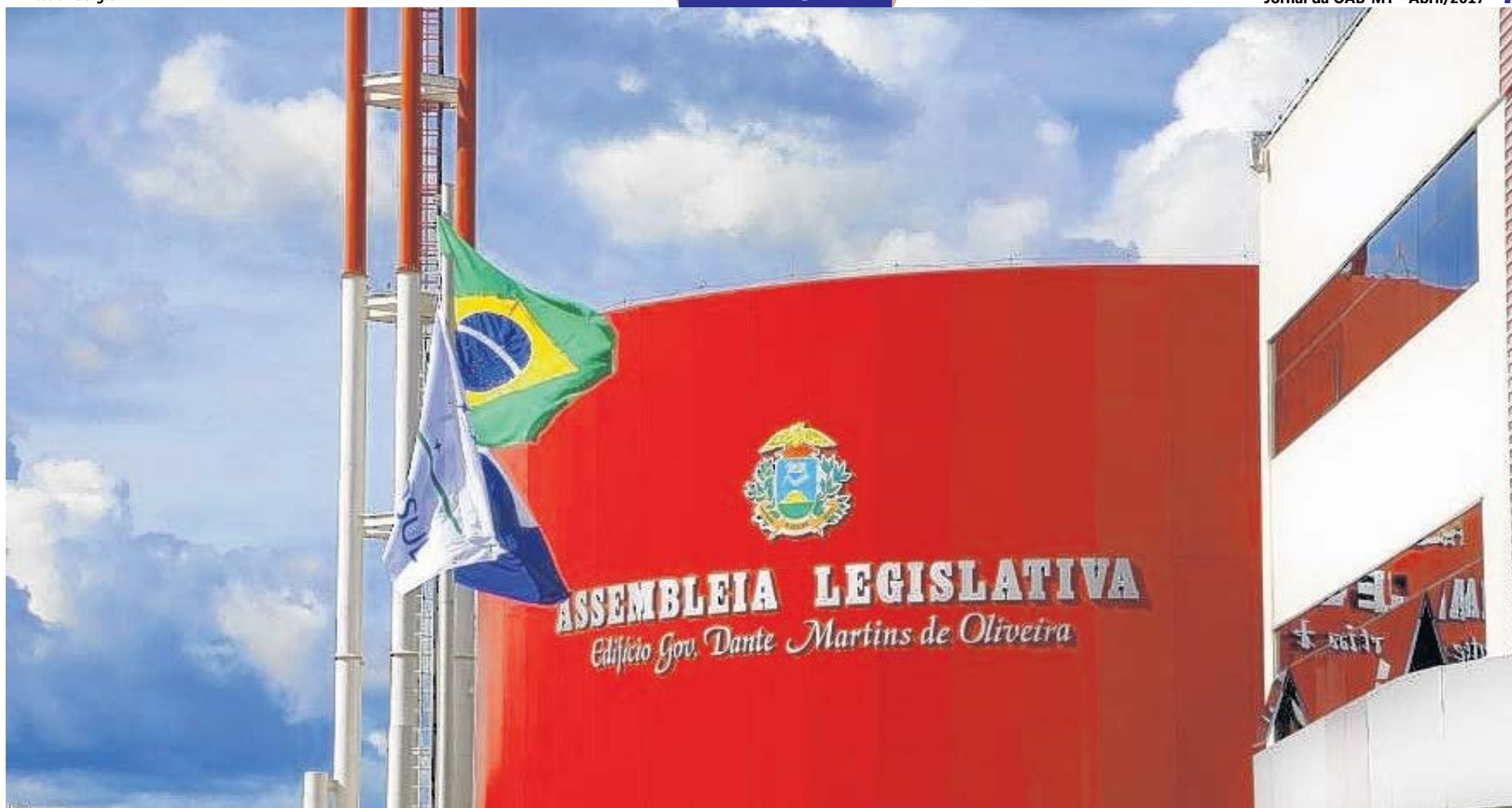
A Organização Mundial da Saúde (OMS) preparou uma cartilha para que professores e educadores possam identificar comportamentos indicativos de risco de suicídio entre jovens e adolescentes. No documento, a OMS esclarece que ter pensamentos suicidas ocasionalmente não é algo anormal nesta idade, já que é parte do processo de desenvolvimento da fase, quando adolescentes lidam com questões existenciais e tentam descobrir o significado da morte. "Pensamentos suicidas se tornam anormais quando a realização deles parece ser a única solução dos problemas para as crianças e os adolescentes. Temos então um sério risco de tentativa de suicídio ou de suicídio", explica o órgão.

As pesquisas também demonstram que quando há um caso de suicídio dentro de uma comunidade, como em uma escola, há mais chances de que novos casos aconteçam na sequência, pois o adolescente é mais sugestível que o adulto. É o que se chama de "suicídio contagioso", algo muitas vezes não tratado com a devida atenção. "As escolas muitas vezes empurram para baixo do tapete o caso. Mas o correto é chamar os estudantes e conversar. Fazer uma triagem nos que podem apresentar mais riscos e até chamar psicólogos para conversar", diz Sheila Caetano, professora da Unifesp.

A OMS alerta que qualquer mudança súbita ou dramática que afete o desempenho, a capacidade de prestar atenção ou o comportamento de crianças e adolescentes deve ser levado seriamente. Como:

- falta de interesse nas atividades habituais
- declínio geral nas notas
- diminuição no esforço/interesse
- má conduta na sala de aula
- faltas não explicadas e/ou repetidas, ficar "matando aula";
- consumo excessivo de cigarros (tabaco) ou de bebida alcoólica, ou abuso de drogas (incluindo maconha)
- incidentes envolvendo a polícia e um estudante violento

*Informações publicadas no El País



Após notificação da OAB-MT, ALMT arquiva projeto para criação de nova verba indenizatória

A autora de uma ação que tramita no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) acerca da legalidade da verba indenizatória de R\$ 65 mil a que os deputados têm direito para custeio da atividade parlamentar, a OAB-MT notificou a presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) a prestar esclarecimentos sobre a criação do benefício para assessores jurídicos e assessores de imprensa dos gabinetes parlamentares.

“É imperioso, quando se trata de recursos públicos, que o texto da lei descreva de forma clara e objetiva a finali-

dade da verba indenizatória para estes cargos, bem como a devida prestação de contas”, ressaltou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

A proposta visava alterar o Decreto Legislativo nº 43, que concede verba indenizatória de até R\$ 6 mil, aos secretários do Poder Legislativo, consultor técnico-jurídico da Mesa Diretora, consultor técnico-legislativo, controlador interno, procurador-geral, consultores que coordenam os núcleos das comissões, chefes de gabinete, gestores de gabinete, acrescentando o mesmo benefício aos assesso-

res jurídico e assessores de imprensa.

O pagamento da verba indenizatória é regulamentado pela Resolução nº 4.175 de 9 de abril de 2015, que determina apenas que não será admitido gastos com propaganda eleitoral de qualquer espécie. Não há, no entanto, qualquer definição sobre a forma de indenização dos gastos e nem obrigatoriedade de prestação de contas.

Da mesma forma, o projeto apresentado em 11 de abril, não estipulava as condições para indenização de gastos e, tampouco, a forma como devem ser prestadas as contas relativas ao mesmo.

Ainda, os servidores lotados nos gabinetes prestam serviços relativos, justamente à atividade parlamentar, para qual o deputado estadual já dispõe de verba para indenização do custeio.

Diante da situação, a OAB-MT solicitou do Poder Legislativo esclarecimentos sobre a finalidade da verba indenizatória, tanto para os cargos já beneficiados, quanto para os que podem ser atendidos pelo projeto em tramitação.

Em resposta, a ALMT informou que decidiu arquivar, no dia 25 de abril, o projeto de Decreto Legislativo nº 03/2017.

OAB-MT intermedia fim de rebelião em penitenciária de Sinop

A OAB-MT através da Comissão de Direitos Humanos e da Subseção de Sinop intermediou o fim da rebelião de reeducandos na Penitenciária Dr. Osvaldo Florentino no município. A rebelião durou mais de 24 horas e chegou ao fim na manhã do dia 12.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MT Betsey Polis-

tchuk explicou que foi acionada na terça-feira para auxiliar na intermediação e recebeu os pedidos por parte dos reeducandos para negociarem a rendição.

Entre os pedidos constam direito de trabalho, direito às visitas e análise processual de alguns casos, bem como não fossem transferidos para longe das famílias. Também solicitaram que não

houvessem represálias e que não fossem tratados com brutalidade.

Além destes pedidos, os reeducandos pediram a presença de um representante da OAB-MT para garantir que os pleitos fossem atendidos.

O presidente da OAB em Sinop Felipe Guerra também acompanhou o processo de negociação para o fim

da rebelião.

“Assim que tomamos ciência estivemos na unidade prisional e acompanhamos de perto as negociações, o dr Denovan Isidoro presidente da Comissão de Direitos Humanos de Sinop acompanhou também a inspeção nas salas, para evitar qualquer ilegalidade ou abuso”, explicou o presidente.

XX Conferência Estadual da Advocacia mobiliza todo o sistema da OAB-MT

A união de esforços para a XX Conferência Estadual da Advocacia marcou a reunião com presidentes das Comissões Temáticas, diretoria da OAB-MT, Escola Superior da Advocacia (ESA-MT), Tribunal de Ética e Disciplina (TED) e Caixa de Assistência (CAA-MT) no dia 25.

Com a presença de 23 presidentes de Comissões Temáticas, a reunião teve como foco a programação da XX Conferência Estadual da Advocacia que acontece de 16 a 18 de agosto e será montada em conjunto.

Serão mais de 20 painéis e quatro palestras magnas para a Conferência que tem como tema “Cidadania, Democracia e Inovação”. A XX Conferência Estadual será realizada no Centro de Eventos do Pantanal.

O diretor presidente da ESA-MT Marco Lorga explicou que o foco principal serão os painéis que devem ser propostos pelas Comissões.

“Precisamos do comprometimento de todas as Comissões da OAB-MT porque um evento desta magnitude só se faz em conjunto. As Comissões apresentam projeto para a ESA analisar a viabilidade pedagógica e financeira”, explicou.

O prazo para entrega dos projetos à ESA-MT será 15 de maio. Marco Lorga ressaltou que até esta data as Comissões



devem se reunir e trazerem o projeto.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos destacou a importância de as Comissões Temáticas trazerem os eventos programados para este ano e realizarem concomitantemente com a Conferência Estadual.

“Esta Conferência acontece com

a união de esforços e ações em conjunto com as Comissões, então traremos todos os eventos para o mês de agosto, com um amplo encontro e debate de temas que interessam a toda a advocacia”, disse.

Secretária-geral adjunta da OAB-MT Gisela Cardoso convocou as Comissões a se unirem neste evento que

será uma das marcas da entidade. “Vamos fazer história com esta Conferência e para isso precisamos trabalhar em conjunto”, concluiu.

Também participaram da reunião o diretor tesoureiro Helmut Daltro, presidente do TED João Batista Beneti e presidente da CAA/MT Ítallo Leite.

OAB-MT comemora decisão que arbitra honorários advocatícios em caso de rescisão do contrato pelo cliente

A OAB-MT comemorou decisão proferida pelo juiz de direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Várzea Grande Luis Otávio Pereira Marques que reconheceu o trabalho do advogado ao arbitrar os honorários advocatícios em caso de rescisão do contrato pelo cliente.

A ação de arbitramento de honorários advocatícios foi ajuizada por um advogado em face do Banco do Brasil S/A. Conforme a ação, o contrato para prestar serviços advocatícios previa remuneração exclusivamente pelos honorários advocatícios de sucumbência.

Contudo, o advogado narrou que prestou serviços em processo de execução em trâmite perante a Vara Especializada de Direito Bancário daquela Comarca desde o mês de agosto de 2000 até

o mês de abril de 2013, quando então o cliente imotivadamente rescindiu o contrato de prestação de serviços.

Em sua decisão, o juiz ponderou que a remuneração pelos honorários circunscrita exclusivamente, a hipótese de sucumbência, ou seja, o pagamento ocorrerá com base em eventual condenação do devedor, trata-se de cláusula suspensiva.

“Todavia, a jurisprudência tem flexibilizado essa regra nos casos em que o contrato é rescindido unilateralmente pela parte contratante, sem justa causa, ainda que a remuneração tenha sido convencionada exclusivamente pelos honorários de sucumbências”, destacou.

O juiz ainda considerou que o negócio jurídico celebrado não seguiu seu curso normal por vontade exclusiva do

requerido, que preferiu revogar o mandato outrora outorgado ao autor, surgindo disso a legitimidade da cobrança dos honorários em face do banco.

“Pois não há como substituir a cláusula contratual que impõe o pagamento dos honorários somente na hipótese de sucumbência do devedor, especialmente quando o autor não possui mais qualquer vinculação com a ação para a qual foi contratado”.

A decisão também cita o Estatuto da OAB, a Lei nº 8.906/94, o artigo 22 que trata sobre a prestação de serviço profissional que assegura aos inscritos na entidade o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência, e o parágrafo segundo que diz “na falta de

estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial”.

Além disso, o juiz também destacou os preceitos do artigo 85, parágrafo segundo do Código de Processo Civil e verificou que a causa em que trabalhou o autor não é complexa, pois se trata de uma ação de execução, contudo o tempo exigido para o serviço foi de aproximadamente 13 anos.

Deste moto, o juiz conclui a decisão afirmando que “em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, aliado ao serviço prestado e o momento em que foi rompido o contrato, entendo justa a quantia de 10% sobre o valor da última atualização da dívida apresentado na ação executiva pelo banco requerido”, decidiu.

Após audiência pública, OAB-MT se posicionará sobre reforma trabalhista

Para debater a reforma trabalhista, a OAB-MT promoveu audiência pública nesta quinta-feira (6) e reuniu representantes do Judiciário, Legislativo, Ministério Público, sindicatos e sociedade em geral. A partir desta audiência, a OAB-MT por meio das Comissões de Direito do Trabalho e de Direito Sindical emitirá posicionamento sobre a proposta tratada no Congresso Nacional.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos destacou que a entidade cumpre mais uma vez com seu papel de advogada da sociedade civil e que ouvindo as bases extrairá um posicionamento que será encaminhado ao Conselho Federal da OAB (CFOAB).

“Não admitimos debater qualquer forma de retrocesso da Justiça do Trabalho, que é a nossa justiça social. Temos a posição dura e firme na defesa intransigente da manutenção da Justiça do Trabalho, atuamos durante todo o ano de 2016 para garantir suplementação orçamentária e assim levar a justiça aos 141 municípios de Mato Grosso. A OAB não admite uma reforma que retire os direitos dos trabalhadores”, afirmou.

Para o presidente da Comissão de Direito do Trabalho Marcos Avallone é preciso entender a quem a reforma irá beneficiar. “Temos que entender a reforma trabalhista, ela faz parte deste movimento que pretende acabar com a Justiça do Trabalho? A reforma só tem lado bom



ou tem também um lado nefasto? Vai melhorar a vida da população? É preciso buscar o que seja melhor para toda a sociedade”, observou.

Já o presidente da Comissão de Direito Sindical Diego Fernando Oliveira ressaltou que é preciso debater os reflexos da reforma trabalhista e sua importância



para a sociedade. “Temos que debater a regulação das leis trabalhistas. Já é consenso na OAB que as reformas são bem-vindas, contudo, temos que debater e não pode ser feito à toque de caixa, é preciso ponderar. A OAB é a casa da legalidade e fará o seu parecer técnico”, disse.

Procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) Marcel Bianchini Trentin apontou para as notas técnicas emitidas pelo órgão e asseverou que o di-

reito trabalhista não é obstáculo para o desenvolvimento. Estudo técnico demonstra que a reforma não garante o desenvolvimento do setor industrial como afirmam”, argumentou.

Juíza do trabalho e representando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT 23) Grazielle Cabral pontuou as mudanças ocorridas desde 1943 (ano da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), e que é preciso pensar na dignidade humana tanto do empregado quanto do empregador. Para a juíza é necessário primeiro que se debata a reforma sindical.

Também participaram da audiência pública, o deputado estadual Allan Kardec (PT) e representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep-MT), Nova Central Sindical de Trabalhadores de Mato Grosso (NCSTMT) e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

Presidente da OAB-MT defende revisão imediata da legislação trabalhista



Durante a audiência pública realizada pela OAB-MT para debater a proposta de Reforma Trabalhista, o presidente Leonardo Campos ressaltou a necessidade de revisão da legislação acerca do tema.

“As leis servem para regular a vida da sociedade no momento atual, então precisamos atualizar a legislação trabalhista para dar segurança jurídica à mudança de comportamento da sociedade”, explicou.

De acordo com ele, algumas relações laborais que existiam em 1943, quando foi editada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), já não se praticam

mais e situações como a terceirização de serviços, por exemplo, fazem parte da rotina do brasileiro, assim as leis trabalhistas precisam acompanhar esse movimento.

“Precisamos sim fazer uma ampla revisão do arcabouço jurídico trabalhista brasileiro e, a partir daí, trazer normas modernas que realmente regulem a relação entre empregador e empregado”, concluiu.

Contudo, Leonardo Campos é enfático ao esclarecer que a OAB-MT sequer admite discutir a possibilidade de extinção da Justiça do Trabalho. “Não podemos admitir o retrocesso ou tolhimento de qualquer direito ou garantia

do trabalhador brasileiro”, disse.

No mês passado a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que permite a terceirização irrestrita e acelerou a agenda de debates acerca das reformas do Trabalho e Previdenciária, que devem ser apreciadas pelos parlamentares até o fim do mês que vem.

Para o presidente da OAB-MT, as reformas podem andar em sintonia, mas cada uma no seu devido lugar e espaço. Ele pontua que, ao contrário da discussão previdenciária, focada no futuro, a Reforma Trabalhista deve ter os olhos voltados para o imediato, visando regular as relações já existentes.

CAA/MT realiza campanha estadual de vacinação contra a gripe H1N1

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) iniciou no dia 24 de abril a campanha estadual de vacinação contra a gripe H1N1. As doses da influenza tetravalente (H1N1/ H3N2/ B Victoria / B Yamagata) estão sendo disponibilizadas, GRATUITAMENTE, aos profissionais da advocacia adimplentes com a OAB-MT. Em se tratando dos dependentes, é cobrada uma taxa de administração da dose no valor de R\$ 40.

É obrigatória a apresentação da Carteira da OAB-MT e, no caso do dependente, documento que comprove vínculo com o(a) profissional da advocacia.

Importante destacar que as doses da vacina contra a gripe H1N1 são limitadas.

A ação de vacinação contra a gripe H1N1 é uma realização da CAA/MT, em parceria com a Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad) do Conselho Federal da OAB.

Confira o calendário de vacinação em todo o estado:

24 a 27 de abril - Cuiabá
25 de abril - Rondonópolis
26 de abril - Alto Araguaia / Jaciara
27 de abril - Paranatinga / Primavera do Leste
28 de abril - Poxoréo / Campo Verde / Várzea Grande
02 de maio - Barra do Garças
03 de maio - Nova Xavantina / Água Boa
04 de maio - Canarana
05 de maio - Vila Rica
08 de maio - Cáceres / Mirassol D'Oeste
09 de maio - Pontes e Lacerda / Comodoro
10 de maio - Campo Novo do Parecis / Juína
11 de maio - Juara
12 de maio - Tangará da Serra / Diamantino
15 de maio - Peixoto de Azevedo
16 de maio - Colíder / Sinop
17 de maio - Sorriso / Lucas do Rio Verde
18 de maio - Nova Mutum
23 de maio - Alta Floresta

**VEM AÍ
12 DE MAIO
EM CUIABÁ**

**1º CONCAD
Centro-Oeste**

SUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL
PARA O NOSSO ENCONTRO.

CONCAD CONSELHO FEDERAL
OAB MATO GROSSO
CAA/MT
Caixa de Assistência dos Advogados



Mato Grosso sedia 1º Concad Centro-Oeste

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) será a anfitriã da primeira edição do Concad Centro-Oeste. O evento reunirá as diretorias das CAAs de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal que discutirão

o fomento de ações conjuntas para a advocacia da região.

“Este será um momento ímpar para que troquemos experiências”, sinaliza o presidente da CAA/MT, Itallo Leite. O 1º Concad Centro-Oeste ocorre no dia 12 de maio, no plenário da OAB-MT.

Nova Mutum será a capital mato-grossense da advocacia em maio

O III Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT e Delegados(as) da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) da gestão 2016-2018

será no município de Nova Mutum (a 242 quilômetros de Cuiabá). O encontro - que reunirá representantes das 29 subseções da OAB-MT - ocorrerá nos dias 18 e 19 de maio.

Durante o evento, serão apresentados os balanços das atividades desenvolvidas tanto em Cuiabá quanto no interior do Estado, no primeiro quadrimestre de 2017. Ao

término, será redigida a Carta de Nova Mutum que conterà as diretrizes que nortearão os trabalhos dos próximos meses, em prol da advocacia regional.

Novos convênios são celebrados na Capital e interior

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) celebrou parcerias em várias cidades do Estado. Confira a lista com os novos convênios e as vantagens oferecidas aos profissionais da advocacia e seus dependentes.

ÁGUA BOA

Loteamento Jardim Planalto - 20% de desconto no valor total do lote para compra à vista. 15% de desconto no valor total do lote para compra parcelada em 12x. 7,5% de desconto no valor total do lote para compra parcelada em até 24x. Venda em até 128 parcelas com desconto de 5% no total do lote e entrada de 10%. (66) 3468-3579.

ALTA FLORESTA

Aliança Empresarial - 20% de desconto em serviços contábeis em geral. (66) 3521-5626

Angélica Woman and Man - 13% de desconto para pagamento à vista. 7% de desconto para pagamento a prazo. Descontos não cumulativos com outras promoções. (66) 3521-2859

Auto Posto G3 - 6% de desconto para pagamento à vista em dinheiro ou cartão de débito. (66) 3521-1377

Caleche Park Hotel - 15% de desconto na hospedagem. (66) 3521-4008

Odontóloga Camila Marques de Castro - 20% de desconto para pagamento à vista em qualquer procedimento. 10% de desconto para pagamento a prazo em qualquer procedimento. (66) 3521-8420

Oficina 4 Rodas - 10% de desconto nas peças e serviços. (66) 3521-1517

Ótica A Especialista - 35% de desconto para pagamento à vista ou em até 6x no cartão. 20% de desconto no pagamento com cheque ou em até 4x no crediário. (66) 3521-2747

Polivet Policlínica Veterinária - Descontos entre 5% e 20% conforme procedimento e forma de pagamento. (66) 3521-5634

VR Tecnologia e Informática - 15% de desconto em serviços. 10% de desconto em peças e equipamentos. (66) 3521-6739

CÁCERES

Centro de Beleza Versátil - 15% de desconto para pagamento à vista em serviços de química e cabeleireiro. 10% de desconto para pagamento no cartão de crédito parcelado em até 3x para serviços de química e cabeleireiro. 15% de desconto para pagamento à vista no serviço de massagem. 10% de desconto para pagamento no cartão de crédito parcelado em até 3x no serviço de massagem. 5% de desconto para pagamento à vista em depilação. 10% de desconto para pagamento à vista em maquiagem definitiva. (65) 3223-4297.

CIC - Colégio Imaculada Conceição - 15% de desconto para o primeiro filho. 10% de desconto para o segundo filho. 5% de desconto para o terceiro filho. Descontos válidos para pagamento até a data de vencimento e a partir da segunda mensalidade. 10% de desconto na livraria ou a possibilidade de parcelamento em até 6x (sem desconto) no cartão de crédito. (65) 3223-1390

Inovare Odontologia - 12% de desconto para pagamento à vista. 7% de desconto para pagamento parcelado em até 6x. (65) 3223-3103
Studio Corpo e Face - 20% a 30% de desconto. (65) 99907-6297

CUIABÁ

Animus Coworking Jurídico - 30% de desconto nas três primeiras mensalidades do plano anual e 15% de desconto nas mensalidades restantes do plano anual. (65) 3025-1018

Aquarela Esmalteria - 20% de desconto em todos os serviços do salão. (65) 3027-6507

Clínica de Olhos Bosque da Saúde - 50% de desconto nas consultas. (65) 3052-9490

Essencie Farmácia de Manipulação - 30% de desconto (não cumulativo com outras promoções). (65) 3054-0707

Ingrid Rocha Make up - 20% de desconto à vista. (65) 99251-8604

Psicóloga Maria Helena Figueiredo - 30% de desconto nas sessões. (65) 98145-6064

Santa Oliva Empório - 10% de desconto sobre o valor total da conta. (65) 3358-3000

Ziva Fashion Depot - 30% de desconto para pagamento à vista. 20% de desconto para pagamento em até 3x no cartão de crédito. (65) 9811-8230

LUCAS DO RIO VERDE

Longevità Clínica de Vacinas - 10% de desconto para pagamento em dinheiro. 9% de desconto para pagamento no cartão de débito e crédito (1x direto). 7% de desconto para parcelamento em até 3x. Vacinas da gripe Tetravalente e Trivalente terão os valores promocionais de R\$ 95,00 e R\$ 85,00, respectivamente. Em caso de valores promocionais (como o das vacinas citadas acima) não incidirá o desconto conveniado.

TANGARÁ DA SERRA

Brasileirinho Comida Típica Delivery - 12% de desconto no box não cumulativo com outras promoções. (65) 3326-1299 / 99937-1299.
Casa do Peixe - 7% de desconto nos produtos do açougue. (65) 3326-4372 / 99641-3038

Longevità Clínica de Vacinas - 10% de desconto para pagamento em dinheiro. 9% de desconto para pagamento no cartão de débito e crédito (1x direto). 7% de desconto para parcelamento em até 3x. Vacinas da gripe Tetravalente e Trivalente terão os valores promocionais de R\$ 95,00 e R\$ 85,00, respectivamente. Em caso de valores promocionais (como o das vacinas citadas acima) não incidirá o desconto conveniado.

O Boticário - 5% de desconto. 10% de desconto (não cumulativo) no mês de aniversário do(a) profissional da advocacia. Descontos válidos para as unidades de Tangará da Serra (65 3326-4044), Nova Olímpia (65 3332-1205) e Sapezal (65 3383-2037).

Speed Pneus - 10% de desconto em peças (exceto pneus). 15% de desconto em serviços e mão-de-obra. (65) 3326-6357 / 99936-0770.

TAPURAH

Dal Moro Confecções - 15% de desconto para pagamento em dinheiro. 10% de desconto para pagamento no cartão de crédito em 1x. 12% de desconto para pagamento no cartão de débito. Parcelamento em até 6x no cartão. (66) 3547-1234

Frug - 5% de desconto para pagamento à vista. 3% de desconto para pagamento no cartão de débito (exceto promoções e produtos Cacau Show). Descontos válidos para lanches, cafés e chás. Dependentes deverão fazer cadastro prévio. (66) 3547-2266

Modatual - 20% de desconto para pagamento à vista em dinheiro. 15% de desconto no cartão de débito ou crédito parcelado em até 3x. (66) 3547-1641

Posto Tapurah Locatelli - 5% de desconto para combustíveis. 10% de desconto para troca de óleo. (66) 3547-1385.

Comissão de Direito Sindical da OAB-MT esclarece dúvidas sobre greves e paralisações

No dia 28 estima-se que, em Mato Grosso, pelo menos 20 categorias participaram da Greve Geral convocada pelas centrais sindicais e movimentos sociais em todo o país.

A mobilização contra as reformas trabalhista e previdenciária, em trâmite no Senado e Câmara dos Deputados, ocorreu às vésperas do Dia Internacional do Trabalho, comemorado em 1º de maio. A data ainda abre o mês considerado data-base para concessão de reajustes salariais e recomposições inflacionárias, quando se intensificam os movimentos sindicais.

O presidente da comissão de Direito Sindical da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Diego Fernando Oliveira, esclarece algumas das principais dúvidas sobre o tema. Confira:

- A Constituição Federal, em seu artigo 9º, e a Lei nº 7.783/89 asseguram o direito de greve a todo trabalhador. E quanto a paralisações, existe algum respaldo legal para o trabalhador?

As greves e paralisações constituem o mesmo respaldo jurídico, não tendo distinção legal, contudo, podemos colocar que a greve pode ser por tempo determinado ou não. Comumente destacam que a paralisação é por prazo determinado, já a greve seria por prazo indeterminado.



- Quais direitos estão resguardados aos trabalhadores em caso de paralisação? E em caso de greve? Quais as diferenças?

Como dito antes, não há diferenças. O movimento grevista geralmente resguarda os direitos dos trabalhadores em assembleias, como questão de segurança jurídica e salarial. Contudo, essas premissas sempre são levadas ao Judiciário para discussão sobre a legalidade da greve. Sendo confirmada a legalidade, todos os direitos são mantidos.

- Somente trabalhadores sindicalizados podem aderir a paralisações e greves?

Não, os efeitos da greve são para todos os trabalhadores, porém a adesão é livre, por sindicalizados ou não, pois os benefícios que advirem das reivindicações dos sindicatos que virem a ser concedido serão para toda a categoria.

- O trabalhador que decidir não aderir à greve deliberada pelo sindicato de sua categoria pode sofrer alguma retaliação?

Não, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer senão em virtude de Lei, portanto, a adesão é facultativa.

Ademais, segundo o art. 7º da Lei 7783/89, o contrato de trabalho do empregado é suspenso, ficando impedida a empresa de demitir trabalhadores.

- Se o sindicato de determinada categoria delibera por greve, todos os trabalhadores desta categoria estão respaldados? Isso depende dele ser sindicalizado ou da forma como foi registrado?

Não depende de ser sindicalizado ou não e se o sindicato cumpriu todas as formalidades exigidas em lei, cumpriu todos os prazos, certamente os trabalhadores e o movimento grevista estão respaldados.

- Em quais casos são permitidas as greves?

Em todos os casos. A Lei 7.783/1989 e a CF define apenas as atividades essenciais, ou seja, aquelas que são inadiáveis, que se não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

O Art. 10 da Lei traz os serviços considerados serviços ou atividades essenciais:

- I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
- II - assistência médica e hospitalar;
- III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;
- IV - funerários;
- V - transporte coletivo;
- VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;
- VII - telecomunicações;
- VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;
- IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;
- X - controle de tráfego aéreo;
- XI compensação bancária.

Nestes casos, deve ser respeitado mínimo de atendimento eficaz à população.

Nomeação de novos procuradores representa investimento para Mato Grosso, avalia presidente da OAB-MT

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos, participou da solenidade de posse de 26 procuradores do Estado no dia 25. Os aprovados no concurso passam a integrar o quadro de 61 profissionais que atuam na instituição.

A Ordem comemora o ingresso dos novos profissionais nos quadros da Procuradoria Geral do Estado (PGE), uma vez que o procurador é essencial à administração da Justiça na defesa dos interesses coletivos.

“A nomeação desses novos servidores não representa gasto e sim um grande investimento para Mato Grosso”, destacou Leonardo Campos. “É um investimento na proteção do interesse público. Ao atuar na defesa do Estado por meio do assessoramento jurídico, o procurador está defendendo o interesse de cada cidadão mato-grossense”, completou.

Mais que isso, o presidente da OAB-MT lem-

brou que uma PGE bem estruturada é fundamental para a recuperação de ativos do Estado, representando a entrada de bilhões de reais para os cofres mato-grossenses.

“Vamos ampliar nossa atuação em várias frentes. Alguns vão reforçar o quadro da Procuradoria Fiscal, no Grupo de Inteligência e Recuperação Fiscal. Teremos a Procuradoria representada em todos os cantos de Mato Grosso, conforme foi decidido pelo governador Pedro Taques. Outros trabalharão na Subprocuradoria de Aquisições e Contratos, para que a PGE tenha seu papel fortalecido também no controle da despesa pública e na regularidade do gasto público quando



das aquisições que o Estado precisa fazer”, destacou o procurador geral do Estado, Rogério Gallo.

Também participaram da solenidade de posse dos novos procuradores a conselheira federal da OAB-MT, Gabriela Novis Neves Pereira Lima; o presidente da Comissão do Advogado Público, Luiz Antônio Araújo Júnior e o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Carlos Antonio Perlin.



Projeto Direito em Debate apresenta pontos negativos e positivos da Reforma da Previdência

Após meses de discussão sobre o projeto de Reforma da Previdência, o texto final que será submetido à avaliação dos deputados federais nos próximos dias chega à Câmara dos Deputados com uma série de mudanças, mas que ainda dividem a opinião de especialistas.

No dia 18, o projeto Direito em Debate, promovido pela ESA-MT, aprofundou essa discussão apresentando pontos favoráveis e contrários à Reforma da Previdência.

O evento aconteceu no auditório OAB-MT.

Com mediação da coordenadora do Doutorado Interinstitucional em Política Social UNB/UFMT, a pós-doutora em História, Liliane Charbel Capilé Novais, o debate contou com o presidente da comissão de Direito Sindical da OAB-MT, Diego Fernando Oliveira, e o vice-presidente da comissão de Direito Previdenciário, Jonas Albert Schmidt, abordando os aspectos negativos da proposta de Reforma da Previdência.

Já os pontos favoráveis foram apresentados pela coordenadora do Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos (Dívida Ativa) da Procuradoria Federal em Cuiabá, Solange de Holanda da Rocha, e pelo mestre em História e analista político Vinícius de Carvalho Araújo.



OAB-MT sensibiliza parlamentares para investimentos em Colniza

Em reunião com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados para discutir a chacina ocorrida no acampamento de Taquaruçu do Norte, a OAB-MT sensibilizou os parlamentares acerca da necessidade de viabilização de recursos para investimento na infraestrutura do município.

Representada pela vice-presidente da subseção de Juína, Inaíta Gomes Ribeiro Soares Carvalho Arnold, a entidade alertou à missão sobre a situação da região.

Coordenada pelo presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), a

missão contou com os deputados Ságuas Moares (PT-MT), Arnaldo Jordy (PPS-PA), João Daniel (PT-SE), Nito Tatto (PT-SP) e Valmir Assunção (PT-BA) e assessores técnicos da comissão.

Em aproximadamente quatro horas de reunião os parlamentares receberam as informações da OAB-MT, Defensoria Pública e moradores de Colniza que reclamaram sobre a falta de infraestrutura, de demarcação de terras e títulos de propriedade.

Diante do pleito apresentado pela OAB-MT, Paulão se comprometeu a marcar uma reunião com o Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (In-cra) com o objetivo de viabilizar a demarcação de terras no município.

A missão da CDHM ainda tem como objetivo coletar informações para municiar o Congresso Nacional com dados e notícias sobre a situação do local que poderão resultar em iniciativas parlamentares.

Um dos principais assuntos em discussão são os conflitos agrários constantes no município desde sua criação.

No dia 19 de abril nove homens foram torturados e brutalmente assassinados no acampamento de Taquaruçu do

Norte, motivando a realização da missão externa da CDHM em Colniza.

Desde o ocorrido a OAB-MT tem acompanhado atentamente o caso e participado de todas as reuniões acerca do tema.

No dia 25, em visita à comarca de Colniza, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, se sensibilizou com a situação e atendeu ao pleito formulado pela OAB-MT no início deste ano para melhoria da estrutura da unidade do Judiciário, anunciando a criação de uma segunda vara.

Advocacia deve despertar para este novo mercado, alerta o presidente da OAB-MT

Na abertura do II Encontro Parcerias que Transformam, promovido pela MT Participações SA (MT PAR) com apoio institucional da OAB-MT e do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops), no dia 27, o presidente da Ordem, Leonardo Campos, alertou a advocacia para o mercado de parcerias.

Ressaltando a importância do evento, que nesta segunda edição contou com um enfoque jurídico, o presidente da OAB-MT ressaltou a importância da advocacia mato-grossense se capacitar para o mercado de trabalho oriundo das parcerias.

“Um projeto de parceria, em qualquer que seja sua modalidade – privatização, concessão ou terceirização – precisa de um corpo jurídico, tanto na fase de elaboração no assessoramento de uma empresa, como do outro lado da mesa, numa advocacia pública capacitada. Para isso nós precisamos despertar a advocacia para este mercado, fazer com que os advo-

gados e advogadas se especializem no tema a fim de que o empreendedor não precise buscar profissionais fora de Mato Grosso, mas sim que seja bem servido aqui por profissionais capacitados”, destacou Leonardo Campos.

Desta forma, ele anunciou a parceria com a MT PAR para a realização de workshops voltados para despertar a advocacia para este mercado de trabalho.

Atualmente o Governo de Mato Grosso conta com 11 projetos de concessão em fase de estruturação e, para isso, é necessária a contratação de profissionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conforme detalhou a diretora-presidente da MT PAR, Maria Stella Lopes Okajima Conselvan.

O II Encontro Parcerias que



Transformam contou com a participação de representantes dos principais escritórios de advocacia que atuam na área. Foram convidados do evento os advogados Bruno Dário Werneck (Mattos Filho), Fernando Albino Oliveira (Albino Advogados), Raul Felipe Borelli (Manesco Sociedade de Advogados) e Rosane Menezes Lohbauer (Madrona Advogados), além do presidente da Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD), Mário Luiz Silverio.

Com enfoque para este novo mercado de trabalho, Leonardo Campos destacou que Mato Grosso é um estado propício a firmar parcerias, tendo em vista suas dimensões continentais, demandas de infraestrutura logística, fontes hídricas para a exploração energética, entre outros fatores.

Mercado de Trabalho

O despertar da advocacia para novos mercados de trabalho tem sido umas das bandeiras da atual gestão da OAB-MT. A entidade foi pioneira ao firmar uma parceria inédita com a ESA-MT, Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e a Mecon Brasil em agosto do ano passado, visando a capacitação e formação dos profissionais da advocacia na mediação, conciliação e arbitragem.

Antes, a OAB-MT e ESA-MT também ofereceram aos advogados e advogadas, que antes só atuavam em processos de recuperação judicial, a capacitação para atuação como administradores judiciais. Hoje, Mato Grosso já conta com escritórios voltados para este mercado de trabalho.



Postagens no Facebook podem ser configuradas como captação indevida de clientes

O advento e polarização das novas redes sociais têm propagado as facilidades da comunicação. Muitos advogados aproveitam estes meios para ampliar a divulgação dos escritórios onde são associados e até mesmo trabalhos acadêmicos, pesquisas e publicações na mídia como artigos de opinião. Vale ressaltar que esta prática deve ser feita de forma modesta e discreta para que não ocorra configuração da captação indevida de clientes,

o que contraria o Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil.

O presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB-MT João Batista Beneti pondera que o artigo 41 do Código de Ética é explícito ao afirmar que “as colunas que o advogado mantiver nos meios de comunicação social ou os textos que por meio deles divulgar não deverão induzir o leitor a litigar nem promover, dessa forma, captação de clientela”, diz a norma.

“A atenção às normas do Código de Ética da OAB assim como ao Estatuto da Advocacia devem ser observadas principalmente pelos novos advogados, que por vezes podem estar acostumados com as facilidades das redes sociais fora da profissão e, com isso, promover de maneira indevida a captação de clientes”, pondera Beneti.

A orientação é que em plataformas como o Facebook, o escritório de advocacia ou o advogado que mante-

nha uma página profissional divulgue apenas nome, endereço, telefone e número de registro da OAB, artigos de opinião, links de reportagens ao qual participou explicando algum instituto jurídico. O não cumprimento das regras acarreta em procedimento administrativo, cujas sanções estão previstas no artigo 35 da Lei nº 8.906/1994 – O Estatuto da Advocacia, a saber: I - censura; II - suspensão; III - exclusão; IV - multa.

Informe OAB

Por gestão à frente da CAA-MT Leonardo Campos é agraciado com Comenda Lyda Monteiro

Com seis anos de trabalho prestado à frente da presidência da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-MT), o atual presidente da OAB-MT Leonardo Campos recebeu uma homenagem da CAA de Minas Gerais com a Comenda Lyda Monteiro da Silva. Leonardo Campos agradeceu o reconhecimento pelo trabalho prestado e pela homenagem concedida a ele ao participar da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência (Concad).

Comenda Lyda Monteiro da Silva – Lyda Monteiro foi a mais antiga funcionária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados (CFOAB), onde ingressou em 1936, aos 16 anos de idade. Ocupou também o cargo de diretora do CFOAB. Em 1980 era secretária do então presidente da OAB/RJ, Eduardo Seabra Fagundes, quando, ao abrir uma carta endereçada a ele, foi vítima de um atentado bomba que ceifou a sua vida.



OAB-MT adere à campanha “Abril Verde”

Durante a audiência pública sobre a Reforma Trabalhista, promovida pela OAB-MT, a entidade marcou sua adesão à campanha “Abril Verde”. Iniciado em 2014, o movimento é dedicado à prevenção das doenças decorrentes do trabalho e redução dos acidentes de trabalho. Abril foi o mês escolhido para a mobilização porque além de se comemorar, no dia 7, o Dia Mundial da Saúde, o dia 28 é considerado o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

A estimativa, conforme os dados da Previdência Social, é de mais de 700 mil acidentes de trabalho por ano no país. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é 4º colocado no ranking mundial de acidentes fatais de trabalho.

“Queremos, justamente, alertar para esse número volumoso de acidentes de trabalho, para a necessidade de prevenção, de proteção individual e coletiva, de eliminar ou diminuir as jornadas excessivas que temos”, explicou o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, Marcel Bianchini Trentin.

Subseção de Diamantino discute demandas da advocacia com magistrado

A subseção de Diamantino da OAB-MT promoveu uma reunião com o juiz de Direito da Segunda Vara da Comarca de Diamantino, Gerardo Humberto Alves Silva Junior, para tratar de diversos temas relacionados à atuação do Judiciário na região. O encontro entre os representantes da advocacia e o magistrado ocorreu no dia 3, quando foram discutidos assuntos como a nomeação de um novo juiz para a 5ª Vara, alteração de competência das varas e realização de audiências de custódia. Além de problemas recorrentes com o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

OAB-MT participa de capacitação de conselheiros tutelares em Poconé



A Comissão de Infância e Juventude (CIJ) e a Subseção de Várzea Grande da OAB-MT, em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso (CEDCA/MT), promoveram um treinamento para os conselheiros tutelares no município de Poconé no dia 5. Realizada no plenário do Fórum da Comarca de Poconé, a ação contou com a participação da presidente da subseção de Várzea Grande, Flávia Petersen Moretti, da magistrada Katia Rodrigues Oliveira, além de representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e de toda a rede de proteção à infância.

MEC atende OAB e suspende tramitação de cursos superiores de tecnologia em serviços jurídicos

O Ministério da Educação (MEC) decidiu suspender por 120 dias a tramitação de autorização de cursos superiores de tecnologia em serviços jurídicos e equivalentes. A decisão é fruto de diálogo entre a OAB e o MEC. O presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, tratou do tema diretamente com o presidente da república e com o ministro da Educação, Mendonça Filho, para quem formalizou requerimento pela suspensão dos efeitos do despacho publicado no dia 18 de abril que homologava parecer do Conselho Nacional de Educação e que aprovou o início do curso de tecnólogo em Serviços Jurídicos.

CNJ informa que navegador do PJe não precisa ser instalado para uso na Justiça do Trabalho

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou que o navegador do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) não precisa ser instalado para ser utilizado na Justiça do Trabalho. Conforme comunicado encaminhado pelo ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), “o navegador do sistema PJe, aplicativo mantido e suportado pelo CNJ, não precisa ser instalado para ser utilizado com o Sistema Processo Judicial Eletrônico que roda na Justiça do Trabalho”.

Em Destaque



O presidente da OAB-MT Leonardo Campos, recebeu o presidente Apromat, Rodrigo Carvalho, junto com a conselheira federal, a procuradora do Estado Gabriela Novis Neves



As Comissões da Infância e Juventude e da Jovem Advocacia da OAB-MT levaram a páscoa para mais de 60 crianças da Creche Municipal Altos da Glória em Cuiabá



A Subseção de Rondonópolis recebeu a assembleia geral de prestação de contas e balanço das atividades de 2016 da OAB-MT no dia 25 de abril



A Comissão da Jovem Advocacia de Colíder promoveu a segunda edição da Páscoa Solidária e realizaram a entrega de mais de 600 ovos de chocolate



A Subseção de Sinop recebeu uma moção de aplausos da Câmara Municipal pela atuação durante a rebelião dos detentos no presídio Osvaldo Florentino



A diretoria da OAB de Primavera do Leste recebeu e acompanhou a comitiva do presidente do Tribunal de Justiça (TJMT) Rui Ramos em vistoria ao Fórum da Comarca